



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Conceição/PB, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 247, de 12 de junho de 2024, que regulamenta a Concorrência no âmbito municipal; Decreto Municipal nº 148/2022, de 09 de dezembro de 2022, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

A presente licitação será processada e julgada pelo(a) Agente de Contratação da Prefeitura Municipal.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ 23:59 horas do 18/09/2026.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 23:59 horas do dia 18/09/2026.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 08:59 horas do dia 23/09/2026

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 23/09/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:10 horas do dia 23/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES: R\$ 10,00 (DEZ REAIS)

INVERSÃO DE FASES: SIM

REGISTRO DE PREÇO: NÃO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PASSARELA PARA PEDESTRES EM ESTRUTURA MISTA, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ÀS MARGENS DA AVENIDA MARTINHO FURTADO DE LACERDA (PB-386), NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB**, conforme projeto básico anexo do edital.

1.2. **VALOR GLOBAL:** R\$ 994.106,05 (novecentos e noventa e quatro mil, cento e seis reais e cinco centavos).

1.3. Considerando as alterações legislativas trazidas pela Lei nº 13.161/2015, que facultou a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), em detrimento das disposições normativas revogadas que possuíam um modal deôntico obrigatório, criou-se o regime de opção da operação da folha de pagamento, de forma que a Administração Municipal, objetivando garantir a economicidade e vantajosidade na presente contratação, estabeleceu os orçamentos básicos de acordo com o menor valor global apresentado, dentre às opções com e sem operação da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, conforme se demonstra nos orçamentos apresentados.

1.4. Conforme projeto anexo ao edital, ele já está na condição de projeto executivo.

1.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.6. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema Compras Públicas e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

2. DA PUBLICIDADE

- 2.1. A publicidade do procedimento licitatório será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 2.1.1. Sem prejuízo do disposto no item 2.1, o extrato do edital será publicado também no Diário Oficial dos Municípios da Paraíba, bem como em jornal diário de grande circulação.
- 2.2. Será observado o prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias úteis entre a data de divulgação do edital e a data de da sessão para a apresentação das propostas e lances, nos termos da alínea “a” do inciso II do art. 55 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2026, Recursos ordinários conforme a seguir:

Unidade Orçamentária:

10.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Classificação:

15.451.1013.1039 – Construção de Passarela para Pedestres

Elemento de Despesa:

0000898 – 4.4.90.51.99 – Obras e Instalações

Fonte de Recursos: 17010000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.

4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

- 4.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Concorrência.

- 4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

5. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

- 5.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. A obtenção de benefícios a que se refere o item 4.2 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.4. As licitantes enquadradas como Microempresa/empresa de pequeno porte deverão apresentar declaração de que preenche os requisitos estabelecidos na LC 123/2006 e que no ano-calendário da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.5.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.5.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.5.3. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.5.4. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

5.5.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.5.6. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.5.7. impedidos de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

5.5.8. declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

5.5.9. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

5.5.10. O impedimento de que trata o item 4.3.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.5.11. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.6. Como condição para participação na Concorrência, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- 5.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 5.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 5.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 5.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 5.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 5.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.6.7. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.6.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.6.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 5.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhado da garantia da proposta, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2. O envio da proposta e da garantia da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;
- 6.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após fase do envio dos lances.
- 6.6. Em razão da adoção da inversão de fases, prevista no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, os documentos de habilitação serão exigidos exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após o julgamento das propostas e encerrada a fase de negociação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

6.7. Após convocação via sistema, o licitante melhor classificado **terá o prazo de até 02 (duas) horas** para envio dos documentos de habilitação.

6.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, com os seguintes campos:

7.1.1. Valor total da obra/serviço.

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

8. DA GARANTIA DA PROPOSTA

8.1. **A Licitante deverá enviar, juntamente com a proposta inicial, comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.**

8.2. **A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.**

8.3. **Caso o sistema eletrônico não disponha de um campo específico para o envio da garantia junto à proposta inicial, a apresentação da garantia será exigida no momento do envio da proposta readequada. A garantia deverá ser apresentada até a data de abertura da sessão. A falta de apresentação da garantia dentro deste prazo resultará na desclassificação do proponente.**

8.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

8.4.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

8.4.2. Seguro-garantia;

8.4.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

8.5. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

8.6. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

8.7. O não atendimento do disposto no item 8.1 ensejará a desclassificação do licitante.

8.8. **Caso seja fornecido seguro garantia ou fiança bancária para garantia de participação na licitação, qualquer um deles deverá ser válido por pelo menos 30 (trinta) dias além da**



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

validade da proposta e revalidado na mesma condição pelas prorrogações que porventura houver.

8.9. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, apresentem desconformidade com as especificações técnicas exigidas ou identifiquem o licitante antes da fase permitida.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, quando vedada pelo sistema eletrônico ou pelas regras deste Edital.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta nesta etapa não impede seu julgamento definitivo em sentido contrário durante a fase de análise de aceitabilidade.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da etapa competitiva de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. Os lances deverão ser ofertados pelo valor global da contratação.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo estabelecido neste Edital.

9.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 10,00 (dez reais).

9.9. Será adotado o modo de disputa aberto e fechado, nos termos da regulamentação aplicável, sendo a etapa inicial de envio de lances realizada durante o período previsto pelo sistema eletrônico.

9.10. Encerrado o prazo previsto no item 9.9, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido período aleatório de até dez minutos, encerrará automaticamente a recepção de novos lances.

9.11. Encerrado o prazo de que trata o item 9.10, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da proposta de menor valor e os autores das propostas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

9.12. Não havendo, no mínimo, 3 (três) propostas nas condições estabelecidas no item 9.11, poderão participar da etapa de lance final e fechado os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de 3 (três) licitantes, observada a ordem de classificação.

9.13. Encerrados os prazos previstos nos itens 9.11 e 9.12, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

9.14. Na ausência de lance final e fechado classificado na forma dos itens 9.11 e 9.12, haverá o



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam apresentar lance final e fechado no prazo de até 5 (cinco) minutos, observado, após essa etapa, o disposto no item 9.13.

9.15. Não havendo licitante classificado que atenda às exigências deste Edital, o Agente de Contratação poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos da regulamentação aplicável.

9.16. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

9.16.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo;

9.16.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente com base em registros cadastrais destinados ao atesto do cumprimento de obrigações;

9.16.3. desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamentação específica;

9.16.4. desenvolvimento de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.17.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

9.17.2. empresas brasileiras;

9.17.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.17.4. empresas que comprovem a adoção de práticas de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.18. As disposições deste Edital não afastam a aplicação do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.19. Na hipótese de desconexão do Agente de Contratação durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances.

9.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação oficial aos participantes, por meio do sistema eletrônico, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, informando a nova data e horário para sua reabertura.

9.21. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, conforme definido neste Edital e em seus anexos.

9.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

9.23. Em relação aos itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, encerrada a etapa de lances, será realizada a verificação automática do porte da entidade empresarial, mediante consulta aos registros disponíveis, para fins de aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

9.24. Nas condições previstas no item anterior, as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.25. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado da convocação automática realizada pelo sistema eletrônico.

9.26. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente nova proposta ou renuncie ao direito de preferência, serão convocadas as demais licitantes enquadradas na mesma condição, observada a ordem de classificação.

9.27. Persistindo o empate entre microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio eletrônico pelo sistema para definição da ordem de exercício do direito de preferência.

9.28. Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta, por meio do sistema eletrônico, ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, com o



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

objetivo de obter proposta mais vantajosa para a Administração, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.28.1.A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, ficando registrada em ata e podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.29.Concluída a negociação, o Agente de Contratação procederá ao julgamento da proposta classificada em primeiro lugar, verificando sua conformidade com as exigências do Edital e sua compatibilidade com o orçamento estimado da contratação.

9.30.Sendo aceita a proposta, o licitante provisoriamente vencedor será convocado para apresentar os documentos de habilitação, no prazo estabelecido neste Edital, em observância ao procedimento de inversão de fases previsto no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.31.Caso o licitante convocado seja inabilitado ou deixe de atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, repetindo-se sucessivamente as fases de negociação, julgamento da proposta e habilitação, até a seleção da proposta apta à contratação.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, NEGOCIAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto na regulamentação municipal.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

10.2.1. contiverem vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

10.2.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

10.2.6. que identifique o licitante.

10.3. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

10.4. **Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**

10.4.1. **A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 10.4, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:**

10.4.1.1.1. **Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e;**

10.4.1.1.2. **Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.**

10.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

10.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.7. O Agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no prazo de 30 (TRINTA) MINUTOS sob pena de não aceitação da proposta.

10.7.1. É facultado ao Agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9. Havendo necessidade, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.10. O Agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.10.1. Também nas hipóteses em que o Agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final readequada ao último lance do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 24 (VINTE E QUATRO) HORAS a contar da solicitação do Agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser escrita em língua portuguesa, com data e local de sua realização, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. **A proposta deverá ser identificada e assinada por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante, no mínimo, assinatura eletrônica avançada.**

11.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. **A proposta final readequada ao último lance do licitante vencedor deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:**

11.2.1. Planilha de Quantitativos e Preços global, preenchida com seus respectivos custos unitários e globais, como a totalização por item e geral, conforme orçamento base fornecido neste edital;

11.2.2. Composição de preços unitários de todos os itens das planilhas de orçamento;

11.2.3. Detalhamento dos encargos sociais e BDI das propostas comerciais;

11.2.4. Composição detalhada da taxa de B.D.I.- Benefício de Despesas Indiretas;

11.2.5. Cronograma físico-financeiro;

11.2.6. **A licitante também deverá encaminhar, no prazo estipulado no item 11.1, os documentos mencionados nos itens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 em formato Excell**



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

via sistema ou, caso o formato do documento não seja compatível, para o endereço de e-mail:conceicao@conceicao.pb.gov.br.

11.3. Na Planilha de Quantitativos e Preços preenchida pelo licitante NÃO deverá constar preço unitário para os itens com quantitativo igual a zero, nem tampouco deverá deixar de ser apresentada composição de preços unitários para os referidos itens.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. Havendo erros, falhas ou omissões na proposta de preço, o Agente de contratação poderá sanar através da abertura de diligência, desde que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.5. **A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de contratação (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).**

11.6. Após o recebimento da proposta final e sua aceitação, o Agente de Contratação convocará o licitante provisoriamente vencedor para apresentação dos documentos de habilitação, observando o procedimento de inversão de fases previsto no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a fase de julgamento das propostas, da negociação e da aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, o licitante provisoriamente vencedor será convocado, por meio do sistema eletrônico, para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 02 (duas) horas.

12.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

12.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

12.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>)

12.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.6. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.7. Constatada a existência de sanção, o Agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

12.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

12.10. A documentação de habilitação será analisada exclusivamente em relação ao licitante provisoriamente vencedor, observado o procedimento de inversão de fases..

12.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.15. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.16. Das Declarações:

12.16.1. A contratada deverá declarar que:

a) Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso;

b) Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos;

d) Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

e) Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

f) Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

g) Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;

h) Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9.21.2. As declarações acima mencionadas serão apresentadas através do sistema Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema.

12.17. Habilitação jurídica:

12.17.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.17.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.17.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.17.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.17.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.17.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.17.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.17.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.18. Regularidade fiscal e trabalhista:

12.18.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.18.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

12.18.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006

12.18.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

12.18.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.18.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.18.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.18.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.19. Qualificação Econômico-Financeira.

12.19.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

12.19.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2024 e 2025)**;

12.19.3. A comprovação de que trata o item anterior, deverá ser feita através de cópias de referências do Livro Diário (nº do livro, Termo de Abertura e Encerramento), inclusive cópias autenticadas das folhas onde contenha o balanço patrimonial e demonstrativos contábeis extraídas deste Livro, com evidência de registro da Junta Comercial ou publicação na imprensa, de acordo com a personalidade Jurídica da empresa Licitante. Nos termos da NBC-T-2.1 do Conselho Federal de Contabilidade, o balanço e demais demonstrações contábeis de encerramento de exercício bem como a demonstração dos índices comerciais deverão ser obrigatoriamente assinados por contador credenciado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC e pelo titular da empresa ou seu representante legal.

12.19.3.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.19.3.2. Os documentos referidos no item 9.24.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.19.3.3. As empresas constituídas no ano em curso, poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial.

12.19.3.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12.19.3.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

12.19.4. Apresentar comprovação da situação financeira da empresa, assinada por contador, constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = - \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.19.5. As empresas deverão comprovar ter patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme previsto no § 4º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, como forma de demonstrar a capacidade econômico-financeira da licitante para executar o contrato.

12.20. Qualificação Técnica

12.20.1. Certidão de Registro do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU, conforme Inciso I e v do Art. 67 da Lei 14.133/2021 c/c com o Art. 69 da Lei 5.194/66, da sede da licitante, **da empresa e seus responsáveis técnicos.**

12.20.2 COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

12.20.3. Comprovação de que possui em seu quadro, até a data da recepção dos envelopes, profissional legalmente habilitado, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART, acompanhado da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo CREA, que comprove a execução de obra ou serviço com características semelhantes e compatíveis com o objeto deste certame, mediante comprovação de experiência nos serviços de maior relevância técnica e/ou valor significativo, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos constantes dos autos, especialmente:

12.20.3.1. EXECUÇÃO DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO, compreendendo fundações e/ou elementos estruturais em concreto armado;

12.20.3.2. EXECUÇÃO E/OU MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA, compreendendo fabricação, montagem e instalação de elementos estruturais metálicos;

12.20.3.3. EXECUÇÃO E/OU INSTALAÇÃO DE PASSARELA EM ESTRUTURA METÁLICA, COM PISO EM CHAPA DE AÇO E ELEMENTOS DE FIXAÇÃO;

12.20.3.4. EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO DE GUARDA-CORPO E/OU CORRIMÃO EM TUBOS DE AÇO, inclusive tratamento anticorrosivo e acabamento.

A exigência está diretamente relacionada aos elementos efetivamente previstos no projeto e orçamento: a planilha contempla estrutura metálica de 56,40 m², passarela em chapa xadrez e guarda-corpo; também contempla fundações, radier, pilares e demais elementos em concreto armado.

12.20.4. Comprovação do vínculo profissional

A comprovação de que o profissional integra o quadro da licitante dar-se-á mediante a



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, contrato de prestação de serviços ou outro documento juridicamente apto a demonstrar o vínculo profissional, admitindo-se, ainda, declaração de contratação futura do profissional responsável, acompanhada da anuência deste e de documento que comprove sua assinatura.

a. existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

b. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

c. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

d. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

e. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

f. Havendo erros, falhas ou omissões dos documentos de habilitação, o Agente de contratação poderá sanar através da abertura de diligência, desde que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

g. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Lei 14.133/2022, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de contratação (Acórdão 1211/2021-Plenário TCU).

h. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no edital ou em sede de diligência, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

i. Caso o licitante convocado seja inabilitado, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, repetindo-se sucessivamente as fases de julgamento, negociação e habilitação até a seleção da proposta apta à contratação.

13 – COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

13.1. Atestado(s) em nome da empresa, referente(s) às parcelas de maior relevância ou valor significativo, consideradas aquelas com valor individual igual ou superior a 4% do valor estimado:

a) guarda-corpo/corrimão em aço galvanizado – $\geq 303,40$ m;

b) passarela em estrutura metálica com piso em chapa de aço – $\geq 28,20$ m²;

c) concretagem de elementos de fundação FCK 30 MPa – $\geq 23,37$ m³;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

d) aterro manual de valas – $\geq 209,45 \text{ m}^3$.

13.2. Os quantitativos mínimos correspondem a 50% dos quantitativos previstos para as respectivas parcelas.

13.3. Serão admitidos atestados que comprovem a execução dos serviços em quantitativos que, isoladamente ou mediante somatório, atendam aos quantitativos mínimos exigidos, salvo justificativa técnica específica em sentido contrário.

14.DOS RECURSOS

- a. Qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer imediatamente após o encerramento da fase de julgamento das propostas e da decisão sobre a habilitação ou inabilitação do licitante convocado, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- b. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- c. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- d. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- e. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- a. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - i. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - ii. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,

§1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

- b. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- a. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- b. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- a. A licitante deverá apresentar garantia contratual exigida no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- b. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - i. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- ii. seguro-garantia;
 - iii. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- c. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- d. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

e. Quando o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

f. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

g. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

18. DO TERMO DE CONTRATO

a. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

b. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

i. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

ii. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

c. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo

d. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19. DOS PRAZOS

a. O prazo de execução das obras / serviços objeto desta Concorrência será de: 04 (quatro) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a expedição da ordem de serviços.

i. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

ii. Após a comunicação da Ordem de Serviço, será dado um prazo de 72 (setenta e duas) horas para o contratado recebê-la. Caso o mesmo não a tenha recebido neste período será dado início à contagem do prazo para entrega dos trabalhos.

b. O prazo do (s) contrato (s) oriundo (s) do presente processo licitatório será de: 07 (sete) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a expedição da ordem de serviços;

18.2.1. O prazo do subitem anterior será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

18.2.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- a. O valor do contrato será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC/FGV, tomando-se por base a data do orçamento, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada.
- b. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento e de acordo com a vigência do contrato.
- c. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.
- d. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- e. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- f. O reajuste será realizado por apostilamento e deverá ser requerido pelo contratado.
- g. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- h. Para fins do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do insumo, fazendo uma comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.
- i. O reequilíbrio econômico do contrato será realizado por meio de termo aditivo.
- j. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, desde que seja requerido durante a vigência do contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- a. As obras e serviços serão recebidas provisoriamente, em até 30 (trinta) dias após a entrega da obra pelo contratada, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- b. Definitivamente, pelo gestor da obra, em até 60 (sessenta) dias após entrega definitiva da obra, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- c. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- d. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- a. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Contrato.

23. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

- a. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela firma e aceitos pela fiscalização serão objeto de lançamentos no Boletim de Medição, que depois de conferido, será assinado pelo Engenheiro da Prefeitura e pelo responsável da contratada;
- b. Os autos do processo de pagamento deverão ser encaminhados para a Prefeitura CONTRATANTE para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica a Ordem de Pagamento.
- c. As medições serão mensais com intervalo nunca inferior a 30 (trinta) dias corridos, excetuando-se as medições inicial e final. Os boletins de medições deverão ser realizados entre os dias 25 e 30 de cada mês, sendo os pagamentos efetuados num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela;
- d. Ao requerer o pagamento da primeira medição, a contratada deverá apresentar o comprovante de que o contrato teve sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART efetuada no CREA ou CAU-PB, nos termos da Resolução nº 257 de 19/09/78 do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição requerida;
- e. A contratada fica obrigada a apresentar cópia autenticada da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou Fatura, na forma prevista da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei n.º 9.032/95 de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos com a RECEITA FEDERAL, com a RECEITA ESTADUAL, com a DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO e com a RECEITA MUNICIPAL;
- f. A contratada fica obrigada a apresentar no encerramento do contrato, quando da expedição do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra, CND - Certidão Negativa de Débito da respectiva obra;
- g. A contratada fica obrigada a apresentar para liberação da última medição o “AS BUILT” da obra, ou seja, a contratada deverá apresentar o cadastro técnico e/ou projetos executivos que foram executados na obra.
- h. Deverá ser mantido o programa de desembolso geral da obra, conforme cronograma específico apresentado pelo CONTRATADO quando do processo de Licitação que deu origem ao presente CONTRATO.
- i. Se, com aprovação prévia, o cronograma de construção for modificado, excepcionalmente e nas hipóteses em que a lei assim permitir, a previsão de desembolso será revisada.
- j. As medições e pagamentos também se encontram regulados no Termo Contratual.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

a. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

b. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

c. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

d. A sanção prevista no inciso I do item 21.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

e. A sanção prevista no inciso II do item 21.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

f. A sanção prevista no inciso III do item 21.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

g. A sanção prevista no inciso IV do item 21.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

h. A sanção estabelecida no inciso IV do item 21.2 deste termo será precedida de análise



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

jurídica e observará as seguintes regras:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

- i. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.
- j. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- k. A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- l. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 21.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- m. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 21.3. Caberá ao Agente de contratação, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Agente de contratação, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 21.6. O Agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 21.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 21.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

21.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não será permitida a subcontratação.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- b. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de contratação.
- c. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- d. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- e. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- f. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- g. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- h. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- i. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- j. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- k. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Conceição.
- l. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO IV – MODELO DA COMPOSIÇÃO DA TAXA DE B.D.I.

ANEXO V – MODELO DA COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

Conceição - PB, 14 de agosto de 2026.

HUGO CÉSAR DIAS FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Requisitante



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PASSARELA PARA PEDESTRES EM ESTRUTURA MISTA, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ÀS MARGENS DA AVENIDA MARTINHO FURTADO DE LACERDA (PB-386), NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB.

2. Descrição da Necessidade

A presente contratação tem por finalidade a execução da obra de construção de passarela para pedestres no Bairro Nossa Senhora de Fátima, no Município de Conceição/PB, visando proporcionar melhores condições de segurança, acessibilidade, mobilidade, durabilidade e conforto aos usuários.

A necessidade da contratação decorre da importância de disponibilizar infraestrutura adequada para a circulação de pedestres na região, especialmente considerando a localização da intervenção às margens da Avenida Martinho Furtado de Lacerda (PB-386).

A implantação da passarela contribuirá para melhorar as condições de deslocamento da população, proporcionando uma estrutura adequada para circulação de pedestres e contribuindo para a redução dos riscos relacionados à utilização da via.

Considerando que o Município não dispõe de estrutura operacional, equipamentos e quadro de pessoal suficientes para executar diretamente serviços de engenharia dessa natureza, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para execução da obra, observando os projetos, memoriais, planilhas, cronograma e demais documentos técnicos que compõem o processo.

3. Área Requisitante

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Conceição/PB.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços deverão ser executados por empresa especializada no ramo da construção civil e engenharia, regularmente registrada junto ao CREA ou CAU, quando exigível, observando os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo.

Trata-se de obra de engenharia, cuja contratação será realizada mediante Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com a execução dos serviços previstos, bem como disponibilizar profissionais habilitados, equipamentos, materiais, ferramentas e demais recursos necessários à execução integral da obra.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

A execução deverá observar as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho, legislação ambiental e demais disposições legais aplicáveis.

5. Levantamento de Mercado

Para a elaboração do orçamento da contratação foram consideradas referências oficiais de custos utilizadas na engenharia pública, incluindo as bases SINAPI e ORSE, além de composições próprias quando necessárias, conforme documentação orçamentária integrante do processo.

Foram considerados os custos dos serviços necessários à execução da obra, observando-se as características, quantitativos e condições estabelecidas nos projetos e documentos técnicos.

A solução de contratação de empresa especializada mostra-se adequada diante da natureza dos serviços e da necessidade de execução integrada da obra.

6. Descrição da Solução

A solução consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução integral da construção de passarela para pedestres em estrutura mista, localizada no Bairro Nossa Senhora de Fátima, às margens da Avenida Martinho Furtado de Lacerda (PB-386), no Município de Conceição/PB.

A contratação compreenderá o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, transporte, encargos e demais insumos necessários à completa execução da obra.

A solução foi definida com base nos projetos de engenharia, memorial descritivo, especificações técnicas, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do processo.

O empreendimento tem como objetivo disponibilizar infraestrutura adequada para circulação de pedestres, proporcionando maior segurança, acessibilidade e melhores condições de mobilidade para a população.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas foram obtidas a partir dos levantamentos realizados nos projetos de engenharia, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, memórias de cálculo e demais documentos técnicos elaborados para a obra.

A contratação contempla, dentre outros, os seguintes grupos de serviços:

ORD.	ITEM
01	Serviços Preliminares
02	Movimentação de Terra
03	Infraestrutura
04	Superestrutura
05	Alvenarias
06	Revestimentos
07	Pavimentação
08	Esquadrias
09	Sinalização e Pintura
10	Diversos



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

Os grupos acima correspondem à estrutura de serviços prevista no cronograma e orçamento da obra.

Os quantitativos detalhados encontram-se discriminados na Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo e demais documentos técnicos integrantes do processo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado da contratação deverá ser aquele constante da Planilha Orçamentária integrante do processo administrativo, elaborado com base nas referências oficiais de custos adotadas para a obra e nas respectivas composições de serviços.

O orçamento contempla os custos necessários à execução integral do empreendimento, incluindo materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, tributos, transporte, administração da obra, despesas indiretas e demais custos necessários ao perfeito cumprimento do objeto.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, conclui-se pela não adoção do parcelamento do objeto.

A execução da obra envolve atividades interdependentes e tecnicamente integradas, cuja divisão entre diferentes empresas poderia comprometer o cronograma físico-financeiro, dificultar a coordenação dos serviços, aumentar os custos administrativos da fiscalização e gerar incompatibilidades entre as etapas executivas.

Além disso, a contratação integral da obra favorece a padronização da execução, assegura maior eficiência na gestão contratual, reduz riscos de paralisação e facilita a responsabilização da empresa contratada pela execução do empreendimento.

Dessa forma, verifica-se que a contratação integral do objeto constitui solução técnica e economicamente adequada para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes em andamento cuja execução seja condição para o início da presente contratação.

A execução da obra será realizada de acordo com os projetos e documentos técnicos integrantes do processo, sob acompanhamento e fiscalização da Administração Municipal.

Eventuais contratações acessórias relacionadas à fiscalização, acompanhamento ou manutenção futura da infraestrutura não prejudicarão a execução do objeto da presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento da Administração Municipal, especialmente às ações destinadas à melhoria da infraestrutura urbana, mobilidade e segurança da população.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

A construção da passarela representa investimento destinado à melhoria das condições de circulação dos pedestres e à disponibilização de infraestrutura adequada no Bairro Nossa Senhora de Fátima.

A presente contratação atende às diretrizes da Administração Municipal relacionadas à melhoria da infraestrutura urbana, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

12. Resultados Pretendidos

Com a execução da obra pretende-se:

- Proporcionar maior segurança aos pedestres;
- Melhorar as condições de circulação e mobilidade urbana;
- Proporcionar melhores condições de acessibilidade aos usuários;
- Disponibilizar infraestrutura adequada para deslocamento da população;
- Reduzir riscos relacionados à circulação de pedestres na região;
- Melhorar a infraestrutura urbana do Bairro Nossa Senhora de Fátima;
- Proporcionar maior conforto aos usuários;
- Garantir maior durabilidade e funcionalidade da estrutura implantada;
- Promover adequada aplicação dos recursos públicos;
- Atender ao interesse público mediante melhoria da infraestrutura de circulação de pedestres.

13. Providências a serem Adotadas pela Administração

Antes da assinatura do contrato deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Aprovação dos projetos e documentos técnicos;
- Aprovação da planilha orçamentária;
- Verificação da disponibilidade orçamentária;
- Realização do procedimento licitatório;
- Designação do gestor e dos fiscais do contrato;
- Disponibilização dos projetos e documentos técnicos à contratada;
- Emissão da ordem de serviço após a assinatura contratual;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- Acompanhamento permanente da execução da obra por servidor ou equipe técnica designada;
- Realização das medições dos serviços executados;
- Fiscalização do cumprimento do cronograma físico-financeiro.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução da obra poderá ocasionar impactos ambientais temporários decorrentes da movimentação de terra, geração de resíduos da construção civil, emissão de poeira, ruídos e utilização de máquinas e equipamentos.

Para mitigação desses impactos, a contratada deverá:

- Cumprir integralmente a legislação ambiental vigente;
- Realizar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil;
- Adotar medidas de controle de poeira e ruídos;
- Utilizar materiais ambientalmente adequados sempre que possível;
- Observar as normas da ABNT e demais normas ambientais aplicáveis;
- Preservar as áreas que não serão atingidas pela intervenção;
- Manter o canteiro de obras organizado e limpo;
- Promover a limpeza da área ao final dos serviços;
- Adotar medidas de segurança para proteção dos trabalhadores e da população durante a execução da obra.

A fiscalização deverá acompanhar o cumprimento dessas obrigações durante toda a execução contratual.

15. Mapeamento de Riscos

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, foram considerados os principais riscos relacionados ao processo de contratação e à execução da obra.

Risco	Probabilidade	Impacto	Dano	Ação Preventiva	Ação de Contingência
Questionamentos ou impugnações ao edital	Baixa	Médio	Suspensão ou atraso do procedimento licitatório	Elaborar os documentos da contratação em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e	Responder aos pedidos de esclarecimentos e impugnações e promover as adequações



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

				realizar revisão jurídica	necessárias
Licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato	Baixa	Alto	Atraso no início da execução	Verificar a documentação e a capacidade da licitante e prever as sanções cabíveis	Convocar os licitantes remanescentes, observada a legislação aplicável
Inexecução ou execução inadequada da obra	Baixa	Alto	Atraso, aumento de custos e prejuízo ao interesse público	Exigir qualificação técnica compatível e realizar fiscalização permanente	Aplicar as sanções cabíveis e adotar medidas para garantir a continuidade da obra
Paralisação da obra por dificuldades financeiras da contratada	Baixa	Alto	Interrupção da execução e atraso na conclusão	Avaliar a qualificação econômico-financeira e acompanhar a execução física e financeira	Aplicar as medidas previstas no contrato e na legislação
Execução dos serviços em desacordo com os projetos	Baixa	Alto	Comprometimento da qualidade, segurança e durabilidade da obra	Fiscalização permanente e acompanhamento por equipe técnica	Determinar a correção ou refazimento dos serviços e aplicar penalidades quando cabíveis
Atraso no cumprimento do cronograma físico-financeiro	Média	Alto	Atraso na conclusão e disponibilização da obra	Acompanhamento contínuo do cronograma e realização de medições	Notificar a contratada, aplicar as penalidades cabíveis e adotar medidas para garantir a continuidade
Ocorrência de acidentes durante a execução	Baixa	Alto	Danos aos trabalhadores, usuários ou terceiros	Exigir cumprimento das normas de segurança do trabalho e utilização de equipamentos de proteção	Adotar medidas imediatas de atendimento e correção das condições de risco

Como medidas preventivas gerais serão adotadas:

- Fiscalização permanente da execução contratual;
- Acompanhamento do cronograma físico-financeiro;
- Exigência de qualificação técnica compatível com o objeto;
- Acompanhamento técnico pela equipe de engenharia do município;
- Realização de medições periódicas;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- Aplicação das penalidades previstas no contrato, quando cabíveis;
- Observância das normas de segurança do trabalho;
- Controle da qualidade dos materiais e serviços executados.

16. Declaração de Viabilidade

Após a análise das alternativas disponíveis e dos aspectos técnicos, econômicos e operacionais, conclui-se que a contratação se mostra viável, necessária e adequada ao atendimento do interesse público.

A solução proposta atende às necessidades da Administração Municipal e apresenta viabilidade técnica e operacional para execução da obra de construção da passarela para pedestres no Bairro Nossa Senhora de Fátima.

A contratação permitirá a implantação de infraestrutura adequada para circulação de pedestres, contribuindo para a melhoria da mobilidade urbana, acessibilidade, segurança e qualidade de vida da população.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da contratação mediante Concorrência Eletrônica, visando à execução da Construção de Passarela para Pedestres em estrutura mista no Bairro Nossa Senhora de Fátima, no Município de Conceição/PB, conforme projetos e demais documentos técnicos integrantes do processo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

ANEXO II – PROJETO BÁSICO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A contratação será realizada mediante **Concorrência Eletrônica**, sob o regime de execução de **empreitada por preço global**, adotando-se o procedimento com inversão de fases, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em que o julgamento das propostas antecederá a fase de habilitação, sendo exigida a documentação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, na forma prevista no Edital.

1.2. O objeto da presente contratação consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PASSARELA PARA PEDESTRES EM ESTRUTURA MISTA, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ÀS MARGENS DA AVENIDA MARTINHO FURTADO DE LACERDA (PB-386), NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB**, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte e demais recursos necessários à completa execução do empreendimento.

1.3. A execução deverá observar integralmente os projetos, memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memória de cálculo, curva ABC, composição do BDI e demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo.

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de implantação de infraestrutura adequada para a circulação de pedestres no Bairro Nossa Senhora de Fátima, no Município de Conceição/PB, às margens da Avenida Martinho Furtado de Lacerda (PB-386).

A intervenção tem como finalidade proporcionar melhores condições de **segurança, acessibilidade, mobilidade, durabilidade e conforto aos usuários**, especialmente aos pedestres que necessitam realizar seus deslocamentos na região.

A construção da passarela contribuirá para a melhoria da mobilidade urbana, proporcionando estrutura adequada para circulação dos pedestres e contribuindo para a redução dos riscos relacionados ao deslocamento dos usuários da via.

O Município não dispõe de estrutura operacional, equipamentos e quadro técnico suficientes para executar diretamente serviços de engenharia dessa natureza, tornando necessária a contratação de empresa especializada e devidamente habilitada para a execução integral da obra.

A solução proposta atende ao interesse público, contribuindo para a melhoria da infraestrutura urbana e das condições de segurança e acessibilidade da população, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

3.1. A contratação encontra fundamento:

- a. Na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b. No Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- c. Nos Projetos de Engenharia;
- d. No Memorial Descritivo;
- e. Nas Planilhas Orçamentárias;
- f. No Cronograma Físico-Financeiro;
- g. Na Curva ABC;
- h. Na Composição do BDI;
- i. Na Memória de Cálculo;
- j. Na ART referente à elaboração do projeto, orçamento e especificações;
- k. Nas demais peças técnicas que integram o processo administrativo.

A solução escolhida mostra-se tecnicamente adequada ao atendimento da necessidade da Administração, conforme conclusão constante do Estudo Técnico Preliminar.

A documentação técnica da obra identifica a intervenção como **construção de passarela em estrutura mista no Bairro Nossa Senhora de Fátima, localizada às margens da Avenida Martinho Furtado de Lacerda (PB-386), em Conceição/PB.**

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A execução da obra deverá observar integralmente:

- a. Lei Federal nº 14.133/2021;
- b. Código Civil Brasileiro;
- c. Normas da ABNT aplicáveis;
- d. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- e. Resoluções do CONFEA e demais normas profissionais aplicáveis;
- f. Legislação ambiental federal, estadual e municipal;
- g. Legislação urbanística e de acessibilidade aplicável;
- h. Projetos e especificações técnicas integrantes do processo.

4.2. A empresa deverá possuir:

- a. registro regular no CREA ou CAU, quando aplicável;
- b. responsável técnico legalmente habilitado;
- c. qualificação técnica compatível com o objeto;
- d. capacidade operacional suficiente para execução integral da obra.

4.3. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e atender às especificações constantes dos projetos, memorial descritivo e normas técnicas vigentes.

4.4. A contratada será responsável pelo fornecimento de:

- a. mão de obra;
- b. materiais;
- c. equipamentos;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- d. ferramentas;
- e. máquinas;
- f. transporte;
- g. equipamentos de proteção individual e coletiva;
- h. sinalização da obra;
- i. limpeza permanente do canteiro;
- j. destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil;
- k. demais recursos necessários à perfeita execução do objeto.

4.5. Durante toda a execução deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho, especialmente as Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades da construção civil.

4.6. Será obrigatória a manutenção de profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela execução da obra, mediante emissão da respectiva ART ou RRT, conforme o caso.

4.7. A contratada responderá integralmente pelos danos causados ao patrimônio público, aos trabalhadores e a terceiros decorrentes da execução dos serviços.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. Execução:

A execução ocorrerá mediante emissão da Ordem de Serviço expedida pela Administração.

A contratada deverá iniciar os serviços no prazo estabelecido no contrato, observando rigorosamente o cronograma físico-financeiro.

A execução deverá seguir os projetos, memorial descritivo, especificações técnicas e demais documentos integrantes da contratação.

5.2. Gestão do Contrato:

Nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução contratual será acompanhada por Gestor e Fiscal do Contrato designados pela Administração.

Compete ao Gestor:

- Acompanhar a execução contratual;
- Controlar prazos;
- Acompanhar medições;
- Solicitar providências necessárias;
- Promover a gestão administrativa do contrato;
- Comunicar à autoridade competente situações que demandem providências.

5.3. Fiscalização:

Compete ao fiscal:

- Acompanhar os serviços;
- Verificar a qualidade da execução;
- Conferir os quantitativos executados;
- Emitir relatórios técnicos;
- Rejeitar serviços executados em desacordo com os projetos;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- Determinar correções;
- Acompanhar e atestar medições;
- Registrar ocorrências no diário de obras;
- Comunicar ao gestor eventuais irregularidades.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela perfeita execução da obra.

5.4. Responsabilidade Técnica:

A contratada deverá manter responsável técnico habilitado durante a execução da obra, respondendo tecnicamente pelos serviços executados.

A substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer mediante autorização expressa da Administração e apresentação de profissional com qualificação equivalente ou superior.

5.5. Diário de Obras:

A contratada deverá manter **Diário de Obras atualizado** durante toda a execução contratual, registrando o andamento dos serviços, ocorrências, condições de execução e demais informações pertinentes.

5.6. Recebimento dos Serviços

Os serviços somente serão considerados executados após aprovação da fiscalização, observando-se os critérios de qualidade estabelecidos nos projetos, memorial descritivo e normas técnicas.

6. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1.Os serviços serão medidos conforme sua efetiva execução, observando-se os quantitativos constantes da Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos que integram esta contratação.

6.2.As medições serão realizadas pela fiscalização da obra, mediante vistoria técnica, acompanhadas dos respectivos boletins de medição e memória de cálculo.

6.3.Somente serão considerados para fins de medição os serviços efetivamente executados, aceitos pela fiscalização e em conformidade com os projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis.

6.4.A contratada apresentará Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços medidos, acompanhada de:

- a. Boletim de Medição;
- b. Relatório Fotográfico da evolução da obra;
- c. Diário de Obras atualizado;
- d. Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- e. Comprovantes relativos aos encargos sociais e previdenciários, quando exigíveis;
- f. Demais documentos eventualmente solicitados pela fiscalização.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

6.5. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, contados da liquidação da despesa, mediante ordem bancária em favor da contratada, observadas as condições estabelecidas no contrato.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado relativamente aos serviços rejeitados pela fiscalização.

7. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 A contratação será realizada mediante **Concorrência Eletrônica**, nos termos dos arts. 6º, inciso XXXVIII, 28, inciso II, e 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Será adotado o procedimento de **inversão de fases**, de modo que o julgamento das propostas ocorrerá anteriormente à análise da documentação de habilitação.

7.3. Encerrada a etapa de lances e realizado o julgamento da proposta mais vantajosa, será convocado o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para apresentação ou confirmação da documentação de habilitação, na forma prevista no Edital.

7.4. Caso o licitante não comprove o atendimento aos requisitos de habilitação, seja inabilitado ou tenha sua proposta desclassificada, a Administração examinará a proposta subsequente, observando a ordem de classificação.

7.5. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando o conjunto da obra.

7.6. O regime de execução será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, tendo em vista que os quantitativos e especificações técnicas encontram-se definidos nos projetos e demais documentos técnicos integrantes do processo.

7.7. Será considerada vencedora a licitante que:

I – apresentar a proposta de menor preço global;

II – atender integralmente às especificações técnicas;

III – apresentar proposta exequível;

IV – comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência e no Edital.

7.8. Serão desclassificadas as propostas que:

I – não atenderem às exigências do Edital;

II – apresentarem preços manifestamente inexequíveis;

III – apresentarem valor superior ao orçamento estimado, quando não houver negociação;

IV – contiverem vícios insanáveis ou descumprirem requisitos essenciais da licitação.

8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O valor estimado da contratação foi obtido mediante orçamento elaborado pela equipe técnica do Município, utilizando como referências as tabelas oficiais **SINAPI e ORSE**, além de composições próprias, conforme documentação orçamentária integrante do processo.

8.2. Na formação do preço foram considerados:

- Custos diretos;
- Encargos sociais;
- Materiais;
- Equipamentos;
- Mão de obra;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- Transporte;
- Administração da obra;
- Benefícios e despesas indiretas – bdi;
- Tributos incidentes;
- Demais custos necessários à execução integral do objeto.

8.3. O orçamento detalhado integra o processo administrativo e servirá como referência para análise da exequibilidade das propostas.

A documentação orçamentária da obra utiliza referências SINAPI e ORSE e adota BDI de 25,00%.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações consignadas no orçamento vigente do Município de Conceição/PB, conforme classificação funcional-programática a ser informada e confirmada pelo setor contábil competente antes da celebração do contrato.

9.2. 10.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Classificação: 15.451.1013.1039 – Construção de Passarela para Pedestres

Elemento de Despesa:

0000898 – 4.4.90.51.99 – Obras e Instalações

Fonte de Recursos: 17010000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações da Administração:

- I – Fornecer à contratada os documentos técnicos necessários à execução da obra;
- II – Emitir a ordem de serviço;
- III – Designar gestor e fiscal do contrato;
- IV – Acompanhar e fiscalizar a execução;
- V – Realizar as medições;
- VI – Efetuar os pagamentos nas condições estabelecidas;
- VII – Comunicar formalmente quaisquer irregularidades;
- VIII – Exigir o cumprimento das obrigações contratuais;
- IX – Aplicar as penalidades cabíveis;
- X – Disponibilizar à contratada as informações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da contratada:

- I – Executar integralmente a obra;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- II – Fornecer todos os materiais necessários;
- III – Fornecer mão de obra qualificada;
- IV – Disponibilizar máquinas e equipamentos;
- V – Manter responsável técnico habilitado;
- VI – Emitir ART ou RRT de execução antes do início da obra, quando aplicável;
- VII – Manter Diário de Obras atualizado;
- VIII – Obedecer rigorosamente aos projetos e documentos técnicos;
- IX – Cumprir o cronograma físico-financeiro;
- X – Manter o canteiro limpo e organizado;
- XI – Responder pelos danos causados ao Município ou a terceiros;
- XII – Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e ambiental;
- XIII – Manter durante toda a execução as condições de habilitação;
- XIV – Reparar imediatamente quaisquer defeitos constatados;
- XV – Responsabilizar-se pela segurança dos trabalhadores;
- XVI – Fornecer EPIs e EPCs;
- XVII – Remover e destinar adequadamente os resíduos da construção civil;
- XVIII – Entregar a obra em perfeitas condições de uso e funcionamento;
- XIX – Cumprir as normas de acessibilidade e segurança aplicáveis;
- XX – Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos materiais e serviços empregados.

12. DA HABILITAÇÃO

Em razão da adoção da inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a documentação de habilitação será exigida do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, observadas as condições e prazos estabelecidos no Edital.

12.1. Habilitação Jurídica

Conforme arts. 66 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

A licitante deverá apresentar a documentação exigida pela legislação e pelo Edital, incluindo, quando aplicável:

- CNPJ;
- Receita Federal;
- Fazenda Estadual;
- Fazenda Municipal;
- FGTS;
- CNDT.

12.3. Qualificação Econômico-Financeira

A licitante deverá apresentar a documentação exigida no Edital, observada a legislação aplicável, incluindo:

- a) Certidão negativa de falência;
- b) Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis exigíveis;
- c) Índices ou documentos de capacidade econômico-financeira, conforme estabelecido no Edital.

12.4. Qualificação Técnica

A licitante deverá apresentar:

- a) Registro ou inscrição da empresa no CREA ou CAU, conforme a natureza do objeto;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- b) Comprovação de responsável técnico legalmente habilitado;
- c) Certidão de Acervo Técnico – CAT, quando exigível, acompanhada do respectivo atestado;
- d) Atestado(s) de capacidade técnico-operacional compatível(is) com o objeto;
- e) Comprovação de experiência em serviços de engenharia compatíveis com as características e parcelas de maior relevância da obra, conforme definição fundamentada no Projeto, Planilha Orçamentária e Edital;
- f) Declaração de disponibilidade do responsável técnico;
- g) Declaração de conhecimento das condições locais;
- h) Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Observação: as parcelas de maior relevância e os quantitativos mínimos eventualmente exigidos deverão ser definidos no Edital com base na documentação técnica da obra, evitando-se exigências excessivas ou restritivas à competitividade.

13. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. O prazo para execução da obra será aquele estabelecido no **Cronograma Físico-Financeiro** integrante do processo licitatório, contado da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

13.2. A vigência do contrato será estabelecida de acordo com o prazo necessário à execução, recebimento e demais obrigações contratuais, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência, no contrato e no Edital.

14. DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. Concluída a obra, a contratada comunicará formalmente à fiscalização para realização da vistoria técnica.

14.2. O recebimento provisório ocorrerá mediante termo circunstanciado emitido pela fiscalização, após verificação da execução dos serviços.

14.3. Constatadas pendências, defeitos ou inconformidades, será concedido prazo para sua correção, permanecendo suspenso o recebimento definitivo até a completa regularização.

14.4. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade da obra e do cumprimento integral das obrigações contratuais, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

14.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução dos serviços.

15. DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

15.1. Os preços permanecerão fixos e irredutíveis durante os primeiros 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado da licitação, observada a legislação aplicável.

15.2. Após esse período, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do índice previsto no Edital e no contrato, observada a legislação vigente.

15.3. O reajuste será concedido mediante requerimento da contratada, quando cabível.

15.4. Poderá ser concedido equilíbrio econômico-financeiro quando comprovada a ocorrência de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.5. O pedido deverá ser acompanhado da documentação comprobatória necessária.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Para garantia do fiel cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser exigida garantia contratual, nos termos e percentual definidos no Edital, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A garantia, quando exigida, poderá ser prestada nas modalidades legalmente admitidas.

16.3. A garantia deverá permanecer válida durante o período estabelecido no contrato.

16.4. A liberação ocorrerá conforme as condições estabelecidas no contrato e na legislação aplicável.

17. DA GARANTIA DA OBRA

17.1. A contratada responderá pela solidez, segurança e qualidade da obra, na forma da legislação civil e das normas técnicas aplicáveis.

17.2. Durante o prazo legal de garantia, a contratada será obrigada a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer vícios, defeitos ou falhas decorrentes da execução dos serviços ou da utilização de materiais inadequados.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante ou contratado ficará sujeito às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. Constituem infrações administrativas, entre outras:

I – inexecução parcial do contrato;

II – inexecução total;

III – atraso injustificado na execução;

IV – apresentação de documentação falsa;

V – fraude na licitação;

VI – comportamento inidôneo;

VII – descumprimento das obrigações contratuais.

18.3. Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.4. A aplicação das penalidades observará o contraditório e a ampla defesa.

19. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2. A extinção poderá ocorrer:

- I – por ato unilateral da Administração;
- II – por acordo entre as partes;
- III – por decisão judicial;
- IV – nas demais hipóteses previstas na legislação.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins:

- Estudo Técnico Preliminar;
- Projetos de Engenharia;
- Memorial Descritivo;
- Planilhas Orçamentárias;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Curva ABC;
- Composição do BDI;
- Composições de Custos Unitários;
- Memória de Cálculo;
- ART;
- Relatório Fotográfico;
- Demais documentos técnicos que instruem o processo.

20.2. Os casos omissos serão resolvidos conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, Código Civil, normas técnicas da ABNT e demais legislações aplicáveis.

20.3. A execução da obra deverá observar rigorosamente todas as especificações técnicas constantes dos projetos, memoriais e demais documentos integrantes da contratação.

20.4. O procedimento licitatório observará a inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, realizando-se inicialmente o julgamento das propostas e, posteriormente, a habilitação do licitante provisoriamente vencedor.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto.

21.2. Eventual subcontratação parcial somente poderá ocorrer nas condições expressamente previstas no Edital e no contrato, observada a legislação aplicável e sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

22. DAS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

22.1. A contratada deverá cumprir toda a legislação ambiental aplicável durante a execução da obra.

22.2. Deverá promover a correta segregação, armazenamento, transporte e destinação final dos resíduos da construção civil, observando:

- Lei Federal nº 12.305/2010;
- Resolução CONAMA nº 307/2002;
- normas ambientais estaduais;
- normas municipais aplicáveis.

22.3. É vedado o descarte de resíduos em locais não autorizados.

22.4

Sempre que possível deverão ser utilizados materiais e métodos que apresentem menor impacto ambiental.

22.5. A contratada será responsável por reparar quaisquer danos ambientais decorrentes de sua atuação.

23. DA SEGURANÇA DO TRABALHO

23.1. Durante toda a execução da obra deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho.

23.2. A contratada deverá fornecer gratuitamente aos seus empregados:

- Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC;
- treinamentos obrigatórios;
- sinalização de segurança.

23.3. Será obrigatória a manutenção do canteiro de obras em condições adequadas de segurança.

23.4. Todo acidente ocorrido deverá ser imediatamente comunicado ao Fiscal do Contrato.

24. DO CONTROLE TECNOLÓGICO

24.1. A fiscalização poderá exigir ensaios tecnológicos dos materiais empregados sempre que entender necessário para verificar a qualidade e conformidade dos serviços.

24.2. Os custos decorrentes dos ensaios correrão por conta da contratada quando constatadas irregularidades ou quando assim estabelecido nos documentos técnicos da contratação.

24.3. Os materiais deverão atender às especificações dos projetos e às normas técnicas aplicáveis.

25. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

25.1. Antes do início da obra, a contratada deverá apresentar:

- ART ou RRT de execução, conforme aplicável;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- indicação formal do responsável técnico;
- comprovante de vínculo do responsável técnico com a empresa, quando exigível.

25.2. A substituição do responsável técnico dependerá de autorização da Administração e da apresentação de profissional com qualificação compatível.

26. DAS MEDIÇÕES

26.1 As medições ocorrerão conforme a execução dos serviços e o cronograma físico-financeiro.

26.2. Cada medição deverá conter, quando aplicável:

- boletim de medição;
- memória de cálculo;
- relatório fotográfico;
- Diário de Obras;
- parecer ou atesto da fiscalização.

26.3. Somente serão medidos os serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização.

27. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

27.1. A contratada deverá observar rigorosamente o cronograma físico-financeiro constante do processo.

27.2. Qualquer alteração deverá ser previamente analisada e autorizada pela Administração, observadas as disposições legais e contratuais.

28. DA GARANTIA DOS MATERIAIS

28.1. Todos os materiais empregados deverão ser novos e adequados ao uso previsto.

28.2. É vedada a utilização de materiais usados, inadequados ou reconicionados que comprometam a qualidade e segurança da obra.

28.3. Os materiais deverão atender às normas da ABNT e às especificações constantes dos projetos e memorial descritivo.

29. DA MATRIZ DE RISCOS

Integra o presente Termo de Referência a **Matriz de Riscos constante do Estudo Técnico Preliminar**, contemplando os principais riscos relacionados à contratação e à execução da obra, com indicação das respectivas medidas preventivas e de contingência. Entre os riscos considerados estão:

- Questionamentos ou impugnações ao edital;
- Recusa do licitante vencedor em assinar o contrato;
- Inexecução ou execução inadequada da obra;
- Paralisação da obra;
- Execução dos serviços em desacordo com os projetos;
- Atraso no cronograma físico-financeiro;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- Ocorrência de acidentes durante a execução.

A gestão dos riscos deverá ser realizada durante todas as etapas da contratação e execução do objeto.

30. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Na execução do objeto deverão ser observadas, sempre que possível, as seguintes diretrizes:

- Utilização racional de água e energia elétrica;
- Redução da geração de resíduos;
- Reutilização e reciclagem de materiais, quando tecnicamente possível;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- Utilização de materiais que atendam às normas ambientais;
- Adoção de práticas sustentáveis durante toda a execução da obra;
- Preservação das áreas que não serão diretamente atingidas pela intervenção.

31. DO FORO

Fica eleito o foro da **Comarca de Conceição/PB** para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução contratual, sem prejuízo das competências dos órgãos de controle externo e do Tribunal de Contas competente.

32. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

32.1. O contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e formalizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso.

32.2. As alterações contratuais deverão observar os princípios da legalidade, motivação, economicidade e preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

32.3. As alterações quantitativas e qualitativas do objeto somente poderão ser promovidas quando demonstrada sua necessidade para a adequada execução da obra, observados os limites e condições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

32.4. As alterações que não modificarem o objeto contratado, mas envolverem atualização de dotações orçamentárias, reajustes, compensações financeiras, alterações de dados cadastrais ou outras hipóteses previstas em lei, poderão ser formalizadas por apostilamento, quando cabível.

32.5. Nenhuma alteração contratual poderá ser executada sem a prévia autorização da Administração e a correspondente formalização do instrumento competente.

33. DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

33.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses, contados da data-base do orçamento estimado da licitação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

33.2. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados mediante requerimento da contratada, aplicando-se o índice previsto no Edital e no contrato.

33.3. O reajuste será concedido mediante apostilamento, quando cabível, observadas as disposições legais e contratuais.

33.4. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser concedido nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante requerimento devidamente fundamentado e instruído com documentação comprobatória.

33.5. A análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro será realizada pela Administração mediante avaliação técnica e jurídica, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e manutenção da equação econômico-financeira do contrato.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

SESSÃO PÚBLICA: ---/---/2026, ÀS ---H---MIN (---) HORAS.
LOCAL: **PREFEITURA MUNICIPAL DE** _____/UF

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:		
INSC. EST.:		
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()		
ENDEREÇO:		
BAIRRO:	CIDADE:	
CEP:	E-MAIL:	
TELEFONE:	FAX:	
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:	
BANCO DA LICITANTE:	CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:	
Nº DA AGÊNCIA:		
ITEM	DESCRIÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS	VALOR GLOBAL

A EMPRESA:..... DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE /EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PROJETO BÁSICO (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO POSSUI VÍNCULO DE NATUREZA TÉCNICA, COMERCIAL, ECONÔMICA, FINANCEIRA, TRABALHISTA OU CIVIL COM DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU COM AGENTE PÚBLICO QUE DESEMPENE FUNÇÃO NA LICITAÇÃO OU ATUE NA FISCALIZAÇÃO OU NA GESTÃO DO CONTRATO, OU QUE DELES SEJA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA EXECUÇÃO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE SERVIÇOS LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20____

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº ____/____,
QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A
EMPRESA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE por intermédio do(a)
..... (órgão) contratante), com sede no(a)
....., na cidade de /Estado.....,
inscrito(a) no CNPJ sob o nº....., neste ato representado(a) pela PREFEITA
MUNICIPAL, Sr....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....,
expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada
CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº
....., sediado(a) na, em..... doravante
designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a)
da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº
....., tendo em vista o que consta no Processo nº e em
observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei nº 8.078, de 1990
- Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Municipal nº ___, de ___ de junho de 2024 e
Decreto Municipal nº 148 de 09 de dezembro de 2022, resolvem celebrar o presente Termo
de Contrato, decorrente do Concorrência nº/20...., mediante as cláusulas e condições
a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui-se objeto do presente Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PASSARELA PARA PEDESTRES EM ESTRUTURA MISTA, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ÀS MARGENS DA AVENIDA MARTINHO FURTADO DE LACERDA (PB-386), NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO/PB, **conforme informações e especificações constantes no edital do Concorrência n.º 007/2026.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente contrato é decorrente do processo licitatório, na modalidade Concorrência eletrônica nº 007/2026, realizada com base na Lei nº 14.133/2021, artigo 37 da Constituição Federal e Decretos Municipais nº 247/2024, 148/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

3.1 - Aplica-se ao presente contrato, como se nele estivessem integralmente transcritos, os documentos, a seguir relacionados, de cujo inteiro teor e forma as partes declaram, expressamente, ter pleno conhecimento.

- a) Processo Administrativo nº 0089/2026;
- b) Concorrência Eletrônica nº 007/2026;
- c) Proposta do contratado, nos termos aceitos pela CONTRATANTE.

3.2 - A partir da assinatura do presente contrato, a este, passarão a ser aplicáveis tudo que resultem em termos aditivos que vierem a ser realizados e que importem em alteração de condições contratuais, desde que assinados pelos representantes credenciados das partes.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2026:

Unidade Orçamentária:

10.000 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Classificação: 15.451.1013.1039 – Construção de Passarela para Pedestres

Elemento de Despesa:

0000898 – 4.4.90.51.99 – Obras e Instalações

Fonte de Recursos: 17010000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR CONTRATUAL

5.1 - O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

5.2 – O valor acordado nesta cláusula é considerado completo, e devem compreender todos os custos e despesas que direta ou indiretamente, decorra do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato, tais como, e sem limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguros de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

6.1. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base da CONTRATANTE, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste edital.

6.2. A CONTRATANTE, como parte contratante, gestora e fiscalizadora deste contrato, também ficará responsável pela abertura dos processos de aditivos e solicitações de acréscimos e supressões, se houver, do instrumento contratual, inserindo todos os elementos técnicos e jurídicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para a secretaria CONTRATANTE para análise, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, dos TERMOS ADITIVOS, sendo posteriormente, conforme o caso, assinado por ambas as contratantes, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 - O prazo de execução das obras / serviços objeto desta Concorrência será de:

04 (quatro) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a expedição da ordem de serviços;

7.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.2. Após a comunicação da Ordem de Serviço, será dado um prazo de 72 (setenta e duas) horas para o contratado recebê-la. Caso o mesmo não a tenha recebido neste período será dado início à contagem do prazo para entrega dos trabalhos.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

7.2. O prazo do (s) contrato (s) oriundo (s) do presente processo licitatório será de: 07 (sete) meses, contados a partir do primeiro dia útil após a expedição da ordem de serviços;

7.2.1. O prazo do subitem anterior será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

7.2.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

8.1 - O presente contrato poderá ter sua duração prorrogada automaticamente quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, de conformidade com o art. 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 - Caberá ao Contratante todos os atos atinentes às possíveis prorrogações contratuais, inserindo todos os elementos técnicos exigidos por Lei e encaminhando os autos do processo para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica, a prorrogação.

8.3 – A prorrogação deverá ser justificada pela Secretaria pertinente ao objeto contratado.

8.4. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

8.4.1. o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

8.4.2. a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será permitido a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

10.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC/FGV, tomando-se por base a data do orçamento, e afetará exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da contratada. 10.2. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento e de acordo com a vigência do contrato. 10.3. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

10.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

10.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.6. O reajuste será realizado por apostilamento e deverá ser requerido pelo contratado.

10.7. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

10.8. Para fins do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do insumo, fazendo uma comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.

10.9. O reequilíbrio econômico do contrato será realizado por meio de termo aditivo.

10.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, desde que seja requerido durante a vigência do contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTO

11.1. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela firma e aceitos pela fiscalização serão objeto de lançamentos no Boletim de Medição, que depois de conferido, será assinado pelo Engenheiro da Prefeitura e pelo responsável da contratada;

11.2. Os autos do processo de pagamento deverão ser encaminhados para a Prefeitura CONTRATANTE para providenciar, mediante verificação da sua viabilidade técnica e jurídica a Ordem de Pagamento.

11.3. As medições serão mensais com intervalo nunca inferior a 30 (trinta) dias corridos, excetuando-se as medições inicial e final. Os boletins de medições deverão ser realizados entre os dias 25 e 30 de cada mês, sendo os pagamentos efetuados num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do adimplemento de cada parcela;

11.4. Ao requerer o pagamento da primeira medição, a contratada deverá apresentar o comprovante de que o contrato teve sua Anotação de Responsabilidade Técnica - ART efetuada no CREA ou CAU-PB, nos termos da Resolução nº 257 de 19/09/78 do CONFEA, sob pena do não recebimento da medição requerida;

11.5. A contratada fica obrigada a apresentar cópia autenticada da Guia de Recolhimento Prévio, das Contribuições Previdenciárias, incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída em Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos serviços executados, quando da quitação da referida Nota Fiscal ou Fatura, na forma prevista da Lei n.º 8.212/91, alterada pela Lei n.º 9.032/95 de 28.04.95, e regulamentos instituídos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, bem como as Certidões Negativas de Débitos com a RECEITA FEDERAL, com a RECEITA ESTADUAL, com a DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO e com a RECEITA MUNICIPAL;

11.6. A contratada fica obrigada a apresentar no encerramento do contrato, quando da expedição do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra, CND - Certidão Negativa de Débito da respectiva obra;

11.7. A contratada fica obrigada a apresentar para liberação da última medição o “AS BUILT” da obra, ou seja, a contratada deverá apresentar o cadastro técnico e/ou projetos executivos que foram executados na obra.

11.8. Deverá ser mantido o programa de desembolso geral da obra, conforme cronograma específico apresentado pelo CONTRATADO quando do processo de Licitação que deu origem ao presente CONTRATO.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

11.9. Se, com aprovação prévia, o cronograma de construção for modificado, excepcionalmente e nas hipóteses em que a lei assim permitir, a previsão de desembolso será revisada.

11.1. Para recebimento das obras e serviços deverá ser observado o seguinte:

11.1.1. As obras e serviços serão recebidas provisoriamente, em até 15 (quinze) dias após a entrega da obra pelo contratada, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

11.1.2. Definitivamente, pelo gestor da obra, em até 30 (trinta) dias após entrega definitiva da obra, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

11.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

11.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RETENÇÕES E GARANTIAS

12.1. A licitante deverá apresentar garantia contratual exigida no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

12.2.2. seguro-garantia;

12.2.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.3. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

12.5. Quando o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

12.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

12.7. Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU n.º 498/2011 - plenário.

12.8. pagamento o percentual de 2% (dois por cento), em atendimento a Lei Municipal nº 739/2009, que instituiu o Fundo Municipal de Assistência a Pobreza.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES Será retido do

13.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

- III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 13.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 13.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.
- 13.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 13.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.
- 13.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 13.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 13.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 13.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 13.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
- I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.
- 13.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.2. deste termo, poderão ser



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

13.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 13.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 13.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

14.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

§ 3º As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 14.2 observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

14.3. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III - pagamento do custo da desmobilização.

14.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do produtos e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

14.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

14.4.2. Na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou equivalente.

15.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

15.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

16.4. Designar representante(s), denominado (s) GESTOR E FISCAL DO CONTRATO, com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, e o qual notificará à



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução,



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados;

16.5 – Emitir termo de encerramento contratual, a partir do qual qualquer serviço/compra prestado, após sua assinatura pelas partes, não terá amparo contratual, não ficando a CONTRATANTE obrigada ou sujeita aos pagamentos que porventura venham a ser posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.

16.6 – Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do FISCAL DO CONTRATO, ao qual competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;

16.7 – Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato e/ou sobre quaisquer falhas ou defeitos apresentados pelo equipamento ou instalações, prestando todos os esclarecimentos e informações necessários e interrompendo o uso do mesmo, se assim for recomendado, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;

16.8 – Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE;

16.9 – Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços/fornecimento do bem e o atendimento das exigências contratuais;

16.10. A Prefeitura, através da autoridade competente ou por pessoa por ela designada, será o Gestor da Execução do contrato firmado com a licitante ganhadora, sendo de sua responsabilidade todos os atos decorrentes da execução do mesmo.

16.11 Atestar as faturas correspondentes, por intermédio de servidor competente, formalmente designado fiscal e Gestor do Contrato;

16.12 – Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como consulta online às certidões respectivas ao Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de improbidade Administrativa disponível no CNJ, Certidão Negativa de Inidôneos do TCU.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. A contratada deverá planejar, desenvolver, implantar e executar os serviços e obras objeto desse contrato de acordo com os requisitos e exigências estabelecidos no projeto básico, suas especificações técnicas e descritivas, além do que estabelece a licença ambiental e tudo o que mais contém o edital da licitação.

16.2. A contratada se responsabilizará pelo recolhimento de todos os tributos Federais, Estaduais e Municipais, presente ou futuros que, direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o serviço/obra relacionado ao objeto contratual.

16.3. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme preceitua o inciso XVI do art. 92 da lei nº 14.133/2021.

16.4. Ficará a contratada com a responsabilidade de comunicar, imediatamente e por escrito, a Contratante, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

16.5. Manter sempre à frente dos serviços, profissional devidamente habilitado na entidade profissional competente e pessoal adequado e disponível na quantidade necessária para execução das obras e serviços.

16.6. A mão-de-obra empregada pela contratada, na execução dos serviços, objeto do contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a Contratante, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no art. 121, da lei nº 14.133/2021.

16.7. Todas as obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias e/ ou sociais, bem como os danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante e/ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

16.8. Dentro do prazo de prescrição estabelecido pela lei civil ou administrativa, a CONTRATADA deverá se responsabilizar e arcar com ônus de todas as reclamações e/ ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causados ao direito de propriedade de terceiros, resultante da execução dos serviços.

16.9. Ao longo do desenvolvimento da obra, a contratante poderá alterar, reduzir e/ ou suprimir serviços, em comum acordo com a CONTRATADA, ou unilateralmente, obedecendo ao que dispõe no art. 124 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

16.10. Obedecer a todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução os serviços, e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela contratante, sobre o objeto do contrato a ser firmado.

16.11. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

16.12. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, na forma do art. 120, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

16.13. Manter permanentemente no escritório da obra LIVRO DE OCORRÊNCIA, autenticado pela contratante, no qual a fiscalização e a licitante contratada anotarão todas e quaisquer ocorrências que mereçam registro, devendo ser entregue a contratante quando da medição final e entrega da obra.

16.14. Permitir e facilitar à fiscalização, a inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

16.15. A contratada deverá manter placas de sinalização e segurança em toda a obra, de acordo com os modelos disponíveis pela contratante.

16.16. A contratada deverá providenciar a inscrição da obra no cadastro nacional de obras, tendo em vista a instrução normativa RFB 2061, de 2021 e os Acórdãos 368/2010 – Segunda Câmara do TCU, Acórdão 758/2015 – Plenário do TCU e Acórdão 2044/2016 – Primeira Câmara do TCU.

16.17. Fica a contratada obrigada a providenciar a emissão das licenças ambientais de instalação e operação, nos termos do Inciso I, § 5º, art. 25 da lei nº 14.133/2021 c/c Resoluções Conama nº 237/1997, art. 52 e seguintes do Código Municipal do Meio Ambiente (LC nº 29/2002) e Manual de Obras do TCU, página 16.

16.18. A CONTRATADA deverá obter os alvarás de construção e demolição necessários à execução da obra licitada devendo agendar junto a Prefeitura Municipal de Conceição vistoria com vistas à obtenção de habite-se para as obras em que tal licença seja exigível, conforme Manual TCU Obras Públicas – Recomendações Básicas para a contratação e fiscalização de obras e edificações públicas, p. 45.

16.19. Elaborar o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil e demolição –



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

PGRDC – Resolução CONAMA nº 307/2002.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO

17.1 – Deverão ser observadas pela CONTRATADA, todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, necessárias a preservação da integridade física e Educação de seus colaboradores, do patrimônio da CONTRATANTE e ao público afeto e dos materiais envolvidos no serviço, de acordo com as normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas da /CONTRATANTE.

17.2 – A contratante poderá a critério determinar a paralisação da obra e/ou serviço, suspender pagamentos quando julgar que as condições mínimas de segurança, Educação e higiene do trabalho não estejam sendo observadas pela contratada. Este procedimento não servirá para justificar eventuais atrasos da CONTRATADA, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

17.3 – A CONTRATADA se responsabilizará ainda por atrasos ou prejuízos decorrentes da suspensão dos trabalhos quando não acatar a legislação básica vigente na época, no que se referir à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PARALISAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

18.1 – A contratante, se reserva o direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução da obra e/ou serviço, cientificando oficialmente à licitante contratada tal decisão.

18.1.1 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

18.2. Nos casos de paralizações por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS E MATERIAIS

19.1 – 19.1. As obras e serviços serão recebidas provisoriamente, em até 30 (trinta) dias após a entrega da obra pelo contratada, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

19.2. Definitivamente, pelo gestor da obra, em até 60 (sessenta) dias após entrega definitiva da obra, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

19.3. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA GARANTIA QUANTO A EXECUÇÃO DA OBRA

20.1 – Fica a contratada responsável durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, nos termos da Orientação técnica – IBR 003/2011 e do art. 618 do Código Civil.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 – A CONTRATANTE não se responsabilizará, em hipótese alguma, por quaisquer penalidade ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte da contratada.

21.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preço proposto, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso. A alteração ou criação de tributos de repercussão indireta, assim como encargos trabalhistas, não repercutirão nos preços contratados.

21.3 – Durante a vigência do contrato, caso a CONTRATANTE, venha a se beneficiar da isenção de impostos, deverá informar a contratada, para que o mesmo possa cumprir todas as obrigações acessórias atinentes à isenção.

21.4 – Ficará a contratada com a responsabilidade de comunicar, imediatamente e por escrito, a CONTRATANTE, tão logo sejam do seu conhecimento, os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.

21.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 – Fica eleito o FORO da cidade de Conceição/PB, com a expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam seus jurídicos e legais efeitos.

XXXXXXX/UF, de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

ANEXO V – MODELO DA COMPOSIÇÃO DA TAXA DE B.D.I

MODELO DE BDI		
EDITAL:	OBRA:	FOLHA
NOME DA FIRMA		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - AC	
2	SEGURO E GARANTIA (S + G)	
3	IMPOSTOS E TAXAS - I * ISS * COFINS * PIS * CPRB	
4	MARGEM DE RISCO - R	
5	CUSTOS FINANCEIROS - CF	
6	BONIFICAÇÃO - L	
	TOTAL DO BDI	
Nome do Informante		
Responsável Técnico:		
Assinatura		Data ____/____/____

FÓRMULA
TCU:

$$BDI = \left\{ \frac{\left[(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L) \right]}{(1 - \lambda)} - 1 \right\} * 100$$



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

ANEXO VI – MODELO DA COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

EDITAL:		OBRA:		FOLHA	
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA (%)	MENSALISTA (%)	HORISTA (%)	MENSALISTA (%)
GRUPO A					
A1	INSS				
A2	SESI				
A3	SENAI				
A4	INCRA				
A5	SEBRAE				
A6	Salário Educação				
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho				
A8	FGTS				
A9	SECONCI				
A	Total				
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado				
B2	Feriados				
B3	Auxílio - Enfermidade				
B4	13º Salário				
B5	Licença Paternidade				
B6	Faltas Justificadas				
B7	Dias de Chuvas				
B8	Auxílio Acidente de Trabalho				
B9	Férias Gozadas				
B10	Salário Maternidade				
B	Total				
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado				
C2	Aviso Prévio Trabalhado				
C3	Férias Indenizadas				
C4	Depósito Recisão Sem Justa Causa				
C5	Idenização Adicional				
C	Total				
GRUPO D					
D1	Aviso Prévio Indenizado				
D2	Aviso Prévio Trabalhado				
D	Total				



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO

Total (A+B+C+D)				
-----------------	--	--	--	--



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO
